

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Sistema de Registro de Preços

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos audiovisuais para atendimento às demandas da Reitoria, do Campus Juiz de Fora e também dos demais *Campi* do IF Sudeste MG, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos:

1.2. As estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos e entidade participantes estão consignados no **Encarte A**, anexo a este Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

2.1. A compra dos equipamentos audiovisuais visa equipar as Assessorias de Comunicação e Eventos da Reitoria e do *campus* Juiz de Fora do IF Sudeste MG. Recentemente, o Instituto nomeou novos servidores técnicos audiovisuais e, dessa forma, pretende-se incrementar e melhorar a produção audiovisual do Instituto como um todo.

2.2. Atualmente, a Assessoria de Comunicação e Eventos da Reitoria conta com poucos equipamentos profissionais para produção audiovisual, sendo ainda que estes não contam com qualidade adequada à Instituição, apresentando sinais de entropia, prejudicando o atendimento das demandas institucionais. A Coordenação de Comunicação e Eventos do Campus Juiz de Fora, por sua vez, não conta com equipamentos para produção audiovisual.

2.3. Os equipamentos e quantitativos solicitados são baseados nas demandas atuais como registros de eventos e transmissões online, e também no planejamentos dos novos serviços que serão criados para melhoria da comunicação e divulgação institucionais.

2.4. O notebook será utilizado para fazer as transmissões online via youtube das reuniões do Conselho Superior do IF Sudeste MG. Para captação, serão utilizadas 2 câmeras simultâneas de alta resolução, entrada de imagem de projetor, sinal de som analógico, programa de corte (alternância de câmeras) e transmissão. Por isso, o computador deve ter alta capacidade de processamento de imagens, e também, interface com portas de entrada de sinal com alta velocidade de transmissão de dados, garantindo a estabilidade da transmissão, evitando perdas da qualidade do sinal e até a interrupção da transmissão.

2.5. Trata-se de uma demanda para as atividades diretamente relacionadas às Assessorias de Comunicação e indiretamente relacionadas a outros setores já que servirão para informar, divulgar e registrar as atividades institucionais como um todo.

2.6. Ressalta-se que não há no âmbito deste Instituto Federal os equipamentos demandados como também o suporte técnico necessário à manutenção dos mesmos.

2.7. Os itens solicitados atendem ao princípio da padronização em relação aos materiais já existentes e também, entre eles, objetivando a compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, visto que os equipamentos serão utilizados em conjunto. Os itens que não atenderem às especificações de compatibilidade não poderão ser aceitos.

2.8. Dando continuidade à política institucional deste Instituto Federal de Educação de compartilhar as responsabilidades de realização de compras conjuntas que possam atender à todas as nossas unidades, a Reitoria do IF Sudeste MG, ficou responsável pela realização da licitação para compra de equipamentos audiovisuais para a Reitoria e todas as demais unidades do IF Sudeste MG.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Por tratar-se de objeto, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, considera-se que a natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única nos seguintes endereços:

4.1.1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Reitoria, UASG 158123. Localizado à Avenida Luz Interior, 360 – Bairro Santa Luzia (Estrela Sul), CEP 36030-776, Juiz de Fora/MG.

4.1.2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - *Campus* Juiz de Fora, UASG 158414. Localizado à Rua Bernardo Mascarenhas, 1283, Bairro Fábrica, CEP 36080-001, Juiz de Fora/MG.

4.1.3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - *Campus* Manhuaçu, UASG 155591. Localizado à Rodovia BR 116, Km 589,8, Distrito Realeza, CEP 36905-000, Manhuaçu/MG.

4.1.3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - *Campus* Paulo Afonso, UASG 158585. Localizado à Avenida Marcondes Ferraz, 200, CEP 48607-000, Paulo Afonso/BA.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Das exigências de garantia dos produtos

4.7. Certificado/ Termo de Garantia de no mínimo 1 (um) ano contra defeitos de fabricação, emitido pelo fabricante para os itens listados no Encarte A. (Em original ou cópia autenticada em cartório).

4.8. Se houver itens com especificação mínima de garantia MAIOR que 1 (um) ano, deve-se considerar o maior prazo para a garantia, respeitando as condições de garantia especificadas neste Termo de Referência.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato e do período de garantia.

6.2. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das baterias usadas originárias da contratação (itens 26, 27, 28 e 29), nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

6.2.1. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias originárias da contratação (itens 26, 27, 28 e 29), para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de

habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 da Lei no 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei no 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não mantiver a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2. Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.3. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei no 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

10.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei no 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei no 9.784, de 1999.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Juiz de Fora, 17 de janeiro de 2019

Louise Moraes

Técnica Audiovisual - SIAPE: 2360246

Raquel Blank Perleberg

Coordenadora de Comunicação e Eventos - SIAPE: 2209085